



COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE MATO GROSSO: APÓS 10 ANOS DE EXISTÊNCIA, QUAIS DESAFIOS EM TEMPOS OBSCUROS?

FIELD OF EDUCATION COMMITTEE IN MATO GROSSO: AFTER 10 YEARS
OF EXISTENCE, WHAT CHALLENGES IN UNCLEAR TIMES?

Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra 1
Elane da Silva Matos Vilela 2
Heitor Queiroz de Medeiros 3

Resumo : Os comitês têm o seu amparo legal nas diretrizes da Educação do Campo, sendo assim, um espaço de múltiplas representatividades institucionais com a finalidade de fortalecer e debater estas políticas públicas. O artigo é sobre o Comitê Interinstitucional e Permanente da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso – CIPEC/MT, o qual no ano de 2016 comemora-se 10 anos de existência e ao pensar sobre esta trajetória refletimos sobre a função do mesmo para a consolidação desta política pública. O objetivo da pesquisa é trazer algumas reflexões sobre os desafios do CIPEC/MT nestes tempos obscuros, ou na atual conjuntura política que passa o nosso país. Acreditamos que é preciso trazer as memórias e vivências deste percurso, nosso sobrevoo se faz analisando as experiências vividas neste espaço coletivo, entre os anos de 2010 a 2015. Por isto, a abordagem metodológica privilegia a fenomenologia, acreditando que enquanto espaço coletivo o CIPEC/MT estará sendo descrito pelo nosso olhar. Sem querer oferecer sínteses, os resultados apontam alguns desafios que estão postos para a continuidade deste comitê, seja pela articulação ou na comunicação, seja pela descoberta de outras formas de mobilização e de formato de diálogo entre movimentos sociais, estado e sociedade.

Palavras-chave: Educação do Campo. Comitê do Campo. Políticas Públicas.

Abstract: The committees have their legal support in the Rural Education guidelines, thus, a space of multiple institutional representations with the purpose of strengthening and debating these public policies. The article is about the Interinstitutional and Permanent Committee of Rural Education of the State of Mato Grosso-CIPEC/MT, which in 2016 celebrates 10 years of existence and when thinking about this trajectory, we reflect on its function for the consolidation of this public policy. The objective of the research is to bring some reflections on the challenges of CIPEC/MT in these dark times, or in the current political situation in our country. We believe that it is necessary to bring the memories and experiences of this journey, our over flight is made analyzing the experiences lived in this collective space, between the years 2010 to 2015. For this reason, the methodological approach privileges phenomenology, believing that as a collective space the CIPEC/ MT will be being described by our gaze. Without wanting to offer summaries, the results point to some challenges that are posed for the continuity of this committee, whether through articulation or communication, or through the discovery of other forms of mobilization and a format for dialogue between social movements, the state and society.

Keywords: Rural Education. Camp Committee. Public Policy.

-
- 1 Doutor em Educação pela GEAC/PPGen/IFMT/VGD. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9139475718201089>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0801-1970>. E-mail: bolinhasenra@yahoo.com.br
 - 2 Mestre em Ensino pela IFMT. Docente SEDUC/MT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4696-5337>. E-mail: elanematoscnp@gmail.com
 - 3 Doutor em Educação pela PPGE/UCDB. Lattes: <http://Lattes.cnpq.br/3514452077401966>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-1811>. E-mail: medeiros.heitor@gmail.com
- 

Introdução

O presente artigo irá discorrer sobre o Comitê Interinstitucional e Permanente da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso – CIPEC/MT, o qual este ano comemora 10 anos de existência, desde sua criação no ano de 2006 e, muito mais do que ‘comemorar’ e ser um texto de registro do processo histórico. Acreditamos que é preciso trazer algumas memórias e vivências deste percurso histórico, nosso sobrevôo se faz muito mais pelas experiências vividas neste espaço coletivo, representativo, do que pela historiografia ou a dialética, nosso recorte vai do ano de 2010 a 2016.

Para isto, nosso objetivo é trazer algumas reflexões sobre os desafios atuais do CIPEC/MT nestes tempos obscuros. Referimo-nos tempos obscuros a conjuntura política atual (2016) que passa nosso país, principalmente após o golpe contra a democracia e o rompimento do “acordo” entre as elites brasileiras e o fim dos governos populares. Levando conseqüentemente a este avanço neoliberal que está vindo sem precedentes nas políticas públicas, especialmente na educação e saúde que são setores fundamentais para garantir um “bem estar social”. Em outro texto, Senra (2016) já chamava a atenção para esta conjuntura política atual, e definindo o que é este tempo obscuro ou escuro:

O que chamo de tempos escuros são as grandes ameaças neoliberais, aos avanços educacionais que foram conquistados durante todos esses anos na educação brasileira [...] E o essencial é em “tempos escuros”, um repensar com alegrias, sonhos e coragem para lutar pelas diversas utopias que ainda nos movem em nos reunirmos em vários fóruns, como este (SENRA, 2016, pág. 7- 11).

Iremos abordar brevemente um pouco do histórico do CIPEC/MT para fins de registro e também de reflexão do processo, mas, sobretudo, as experiências e a inserção do IFMT enquanto instituição dentro do comitê, e que nos irão sustentar nossas reflexões, já que fala do local de nossa atuação, de existência e de relação com os outros (sejam os sujeitos, sejam as instituições). Os resultados irão abordar principalmente três itens: processo histórico; pensar o tempo atual; e as formações do comitê e o plano de formação. Acreditamos que estes três itens ao serem descritos nos trazem importantes reflexões e conseguem projetar os principais desafios do CIPEC/MT para os tempos atuais.

A abordagem metodológica do artigo privilegia a fenomenologia, acreditando que enquanto espaço coletivo e representativo de diversos sujeitos, instituições, o CIPEC/MT estará sendo descrito pelo nosso olhar. Sem querer oferecer sínteses e na superação da dialética, queremos perceber como o processo existencial, e o fenômeno educativo, nos apresentaram no período o qual estivemos imersos no comitê, sem negligenciar outros olhares e respeitando sempre a tríade eu-outro-mundo (MERLEAU-PONTY, 1994).

Para isto, nosso recorte temporal se dará do ano de 2010 a 2016, pois mesmo estando desmobilizado na atualidade, acredito que é necessário repensar o comitê para além de um espaço de representatividade e de instituições e transformá-lo em um espaço de articulação e mobilização social, em prol da Educação do Campo dentro do estado. E talvez seja nesta superação das institucionalidades e na apropriação efetiva deste “espaço” de luta, articulação, envolvimento e ações da Educação do Campo é necessário este repensar o papel do CIPEC/MT, senão será apenas mais uma política pública construída nos governos progressistas, porém que não atingiu as bases e cada chão das escolas. E que com uma “canetada”, decreto ou imposição de governos neoliberais corre o risco de se desmantelar-se.

¹ A palavra espaço aqui é usada no sentido figurativo, porque não necessariamente há a necessidade de uma materialidade, local específico para se concretizar o comitê, pelo sua própria dinâmica, as reuniões ocorriam em diversos espaços institucionais e também nos locais dos movimentos sociais.

Processo histórico do CIPEC/MT

Como marco histórico do “Movimento da Educação do Campo”, que já está com 18 anos de existência, destacamos o I Encontro dos educadores/as da Reforma Agrária (I ENERA) em 1997 e também com a I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” em 1998 (SENRA, 2013).

Muito mais do que só ‘lançar’ o termo “Educação do Campo”, em contraposição a famigerada Educação Rural, estes dois eventos representam o marco inicial de uma proposição de se fazer uma educação diferenciada, com “matrizes pedagógicas” (CALDART, 2000) que surgem e são oriundas das experiências e práticas dos movimentos sociais do campo no seu fazer educativo. Juntamente com a luta pela terra (Reforma Agrária), os movimentos sociais perceberam que a luta pela escola (educação) também é uma forma de resistência e de consolidação de suas propostas para o campo, para a vida, para a maneira de educar-se e se humanizar, enquanto militantes.

As escolas e os movimentos sociais possuem finalidades específicas na educação do popular, porém complementares. Enquanto as primeiras têm como fundamento a aprendizagem e o desenvolvimento, atuando prioritariamente com processos cognoscentes e valores humanistas que possibilitam o acesso e a socialização do conhecimento sistematizado; as segunda, têm como básico a conscientização e a organização, atuando com ações políticas e valores da luta coletiva (TRINDADE, 2009, p.25).

E é esta raiz que traz em seu histórico, os movimentos sociais, as experiências de algumas instituições (IES, PRONERA/INCRA), a realização das conferências nacionais que possibilitaram a construção das políticas públicas da Educação do Campo, como é o caso das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (BRASÍLIA, 2002). Um dos principais desdobramentos destas ações é a configuração do Fórum Nacional da Educação do Campo – FONEC e dos fóruns e/ou comitês estaduais como espaço concreto de construção das políticas.

Estes espaços colegiados são previstos nas diretrizes operacionais e fomentados após a realização da “II Conferência Por uma Educação Básica do Campo” em 2004. Reporta-se que a própria criação do CIPEC-MT (instituído através da Portaria número 145/2006 da SEDUC), é um reflexo do movimento nacional. Assim, alguns autores Reck (2007), Siqueira & Rossetto (2009) trazem o histórico desta construção no âmbito estadual com a realização de eventos e seminários e também com as tentativas anteriores de se instituir este espaço colegiado.

Do seu início participaram as seguintes instituições: SEDUC, UNDIME, SINTEP, MST, INCRA, SEDER/EMPAER, UFMT, UNEMAT, MPA, MAB, MMC, CEE/MT, FETAGRI, CEEI, CPT e, tendo como objetivo:

Discutir, propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso, a fim de que a sociedade se conscientize da necessidade de uma escola voltada para este alunado, observando o cumprimento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo conforme preceitua a legislação federal e estadual (MATO GROSSO, 2007).

O Comitê de Educação do Campo foi constituído contando com apenas dois documentos oficiais (Portaria de Criação e a do Regimento Interno), o que limitava a atuação de outras instituições, pelo menos oficialmente enquanto membro deste colegiado. Um exemplo é a inserção do IFMT – Campus São Vicente, enquanto instituição de ensino que se efetivou enquanto participante, pelo fato de trabalhar no Programa “Projovem Campo: saberes e fazeres da terra”, em parceira com a própria SEDUC-MT.

Pela observação participante nas reuniões em um período da gestão (inserção do IFMT em 2010), dos objetivos do comitê o que mais destacou inicialmente era o caráter eminentemente de acompanhamento por parte do CIPEC-MT das políticas públicas de Educação do Campo que

ocorriam no estado. Siqueira & Rossetto (2009) destaca algumas destas políticas: Projovem Campo, Escola Ativa, Projea, Ensino Médio Profissionalizante, etc. Em muitas das reuniões as instituições se reuniam apenas para relatar e desabafar os problemas oriundos da execução destas políticas ou fazer cobranças a Gerência de Educação do Campo da SEDUC-MT.

Tanto os comitês, quanto os conselhos de gestores são espaços do exercício da democracia (cultura política) relativamente novos, surgindo com a Constituição de 1988, e Fiorenze (2009) nos ajuda na compreensão destes espaços enquanto luta e defesa de interesses diversos e defende que a contradição e o não acabamento fazem parte do processo e que precisam ser apropriados pelos seus partícipes.

É nesse contexto (proposta constitucional de descentralização político-administrativa, tanto da esfera federal para estadual e municipal; quanto do Estado para a sociedade) que surgem os conselhos gestores de políticas públicas, bem como os conselhos de direitos, como mecanismos de gestão das políticas sociais no Brasil. Esses novos mecanismos configuram-se como espaços institucionalizados de participação direta da sociedade, constituindo-se em canais descentralizados a partir dos quais é possível o exercício do controle social sobre o Estado (FIORENZE, 2009, p.233).

Ao retomarmos as leituras sobre Educação do Campo dentro de Mato Grosso, principalmente de Jair Reck (2007) e de Rodney Garcia (2008), para escrever este artigo, percebe-se que é notória a afirmação da consolidação das políticas públicas de Educação do Campo pelo Plano Estadual de Educação – PEE/MT. O primeiro autor, ao relatar sobre o processo histórico informa que em 2004 ocorreu o “Seminário Estadual de Educação do Campo”, em Cuiabá com a realização da SEDUC/MT e o Ministério da Educação – MEC, no qual foi elaborada uma Carta de Intenções.

Já no ano de 2006, ano da instituição do comitê, ocorreu um “Seminário Norte de Mato Grosso sobre Educação do Campo”, em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT/MT e a secretaria de estado de educação, este seminário foi uma articulação do fórum dentro do estado (RECK, 2007). Aqui gostaríamos de destacar principalmente o papel de articulação e de militância para se construir a Educação do Campo dentro do Estado de Mato Grosso, via fórum.

Perceber este movimento dinâmico de envolvimento de pessoas, militantes e instituições para se chegar a uma pauta em comum é fundamental e representa um dos principais desafios para o CIPEC/MT na atualidade. Se antes (em 2006) houve uma articulação em forma de fórum, para só depois criar-se o comitê, na atual conjuntura política (2016) e na falta de diálogo com a SEDUC/MT que está sob o governo neoliberal e do agronegócio mais reacionário. Devemos nos questionar porque não voltarmos ao fórum dentro do estado como espaço democrático, igualitário e de consolidação das lutas na atualidade, em tempos obscuros voltemos às mobilizações, nos colocando em movimento.

O próprio Jair Reck (2007) não deixa clara a diferença entre fórum e comitê, e acreditamos que a opção pela institucionalização em forma de comitê ocorreu pelo fato de que talvez a ‘crença’ era de que os avanços seriam pelo crivo do governo popular e pelos documentos e propostas das políticas públicas da época. A consolidação da política pública é citada também pelo fato de que pela primeira vez a Educação do Campo é incorporada ao Plano Estadual de Educação – PEE.

Primeira vez que o Estado apresenta uma política pública do tema. O campo é heterogêneo e diverso, revertendo à lógica das políticas públicas, pois ao invés de ser ‘de cima para baixo’, é preciso que as comunidades, povos digam qual projeto querem e partindo da premissa da sustentabilidade [...] a criação do Comitê Estadual da Educação do Campo, com reconhecimento público, significa um esforço de aproximação entre movimentos sociais, sociedade civil e estado (RECK, 2007).

O comitê sendo este espaço possível do diálogo e aproximação entre movimentos sociais, sociedade civil e estado, já defende a ideia de que o CIPEC/MT é um espaço coletivo e colegiado de diálogos institucionais, de sujeitos e de projetos de uma Educação do Campo Mato-grossense. Entretanto, pelo fato da Portaria de Criação e do seu Regimento Interno amarrar a “instalação e manutenção do CIPEC” como sendo de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC-MT o caráter histórico do comitê possa ter sido este mesmo, governamental e de mero acompanhamento das políticas.

Ao possibilitar a participação democrática na gestão estatal, a Constituição apresenta possibilidades de construção de uma nova cultura política, pautada no reconhecimento de todos como cidadãos portadores de direitos. As práticas conselhistas passam, a partir de então, a fazer parte da vida política do país e impõem novos desafios aos grupos populares politicamente organizados (FIORENZE, 2009, p.226).

Parece-nos, que com a institucionalização da Educação do Campo, Garcia (2008) já alertava para o fato de que uma questão incômoda era: “justamente o fato de que parte da militância estava sentando com o estado, com governos, para construir políticas públicas permanentes, próprias das bandeiras do movimento ou de movimentos de origem popular”. O autor ainda fala da diferença entre os militantes que se deixaram cooptar e, de um militante que sentam com (o estado) “para fazer acontecer políticas educacionais de forma autônoma e dialogicamente” (GARCIA, 2008, p.23).

Entretanto, ao se apropriarem deste espaço coletivo, os movimentos sociais do campo dentro do estado perceberam que para além de acompanhamento destas políticas, e muitas destas não contemplavam de maneira geral os movimentos e não atingiam o povo na base. Como estamos refletindo sobre o processo histórico do Comitê de Educação do Campo, e sabendo que muitos dos quais que passaram pela sua coordenação, eram também os gestores da Gerência de Educação do Campo da SEDUC/MT. É nesta perspectiva que houve a defesa do MST-MT ao assumir a coordenação dos trabalhos do comitê primeiramente no primeiro período de 2010 até 2012, e de 2012 até 2014.

Para além de avaliarmos a gestão de 2006 até 2010, nossa intenção é de compreender quais os desafios o CIPEC/MT enfrenta na atualidade, em um momento em que não há diálogo e nem espaço para construção de políticas públicas populares em um espaço que foi criado justamente para ser nosso por direito e reivindicação. Após este período (2014) não houve eleição da nova coordenação do CIPEC/MT e no ano de 2015 houve apenas duas reuniões e no ano de 2016 oficialmente não houve encontros do comitê.

Não eximindo o estado de financiar e manter o comitê, mas para além da Gerência de Educação do Campo da SEDUC-MT há outras instituições participantes, e também para reforçar o caráter colegiado de interinstituições e as diversas defesas dos diferentes projetos para a Educação do Campo. Mas foi justamente esta dependência da secretaria do estado, principalmente ao que tange a garantia de passagens terrestres para efetivar a participação dos integrantes, especialmente os de movimentos sociais, que culminou neste retrocesso.

E como o diálogo com o governo ficou impossível, não havendo nenhum interesse por parte do mesmo em efetivar as políticas da Educação do Campo, o comitê está neste estado de inércia.

Observa-se que os conselhos são, no mínimo, espaços contraditórios, o que deve ser tomado como pressuposto para a realização de qualquer análise [...] E nesse cenário complexo o predomínio de um ou de outro projeto de sociedade não está dado *a priori* e de forma imutável; pelo contrário, encontra-se num constante movimento de avanços e recuos, condicionado pela correlação de forças que se estabelece nos diversos espaços desse Estado ampliado. É por isso que as práticas *conselhistas* apresentam, por um lado, grande potencial democratizador, capaz de fazer frente à cultura política hegemônica, mas, por outro, também podem constituir-se em espaços de legitimação de um modelo de

sociedade excludente e que perpetua os privilégios das elites tradicionais (FIORENZE, 2009, p.237).

A Educação do Campo ao ser incorporada no PEE visando abranger todos os lócus dos diversos povos, territórios, escolas, comunidades e singularidades camponesas, pode-se destacar que seus objetivos e metas iniciais como: a proposta de uma pedagogia voltada para a realidade do campo; incorporação da agroecologia e socioeconomia solidária; fortalecer o fórum permanente em plenárias regionais a cada ano; nestes objetivos se encontram o cerne da política pública dentro do estado e o CIPEC/MT foi um dos responsáveis por esta consolidação e efetivação pelo seu potencial democratizador.

Pensar o momento atual: tempos obscuros

Ao pensar o momento atual em que estamos passando, refiro-me há um tempo obscuro, muito mais como um tempo sombrio², confuso, muito mais do que no significado de falta de clareza. Simplesmente, por acreditar que toda ação humana é política e há intencionalidades, o que provocou este tempo atual é justamente uma definição política neoliberal que tem suas propostas e “clareza” dos seus objetivos, mas na configuração atual este tempo se apresenta para nós como algo confuso e sombrio, ao se pensar a governança e governabilidade após alguns avanços de um governo popular.

Uma das disciplinas básicas da Pedagogia, ou de outras Licenciaturas é justamente a Organização e Funcionamento da Educação Básica – OFEB, ou outro nome da disciplina que lhe é atribuída. Mas, o fundamental da disciplina é justamente estudar as políticas públicas da educação (funcionamento, processo histórico) até chegar às políticas atuais. Da superação do Mestre-escola, que foi a base de uma Educação Rural vigente até pouco tempo no Brasil, até chegarmos à defesa da escola pública pelos pioneiros da educação em 1920-30. A consolidação das leis educacionais, passando pela Constituição Federal de 1988 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares, no caso da Educação do Campo em 2002 (BRASIL, 2002).

Podemos fazer um balanço que em parte o governo popular, nestes 10 anos de existência do CIPEC/MT e das políticas públicas, em diálogo com a sociedade civil e movimentos sociais conseguiu concretizar algumas de suas propostas, tais como: Ensino Médio Integrado – EMIEP; Projovem Campo; Matrizes diferenciadas como: agroecologia e socioeconomia solidária; entre outras experiências. Houve também um avanço no número de escolas do campo no estado, se em 2006 havia 76 escolas estaduais do campo (RECK, 2007), no ano de 2014 havia aproximadamente 147 escolas estaduais.

Percebemos que na atual conjuntura política do país corremos um sério risco de, além de não haver mais avanços, voltarmos ao retrocesso nas políticas públicas educacionais. Se a própria criação dos comitês, fóruns, audiências públicas, conferências, planos, seja nacional, seja no âmbito municipal/local, são os espaços que deveriam representar o pleno exercício da cidadania e também da participação e representatividade popular.

Estes espaços significam um pensar a governabilidade e governança de um país pelo Estado, muito mais do que governos, talvez seja isto que nós também nos esquecemos... Os governos são coligações de forças e acordos que permanecem ou não na superestrutura do estado, e talvez a provocação dos anarquistas: “se há governo sou contra” nos leve a um repensar esta relação entre sociedade civil, estado-governo e movimentos sociais.

O objetivo inicial do CIPEC/MT é justamente ser este espaço de aproximação dessas categorias sociais, entretanto, ao haver uma ruptura drástica pela governança de um partido popular para um partido neoliberal, de uma política hegemônica, este espaço se extingue, deixa de ser o lócus de aproximação e só serve para o estranhamento.

Esperamos que com o CIPEC/MT não ocorra igual ao Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico – ZEE, que regulamenta e discute sobre as questões do uso dos territórios dentro do estado. Este processo foi hegemônico e a pauta desenvolvimentista do agronegócio foi aprovada,

2 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=obscuro>

‘patrolando’³ o Mapa Social (SILVA, 2011) e todos os estudos científicos da equipe da SEPLAN/MT. Entretanto, mesmo perdendo a ‘batalha’ para o agronegócio, o ZEE enquanto aprendizado foi fundamental, Sato (2016) ao refletir sobre o processo afirma que:

A experiência do ZEE nos demonstrou o verdadeiro significado da participação, exemplo disto foram às audiências públicas ‘participativas’, mas as reivindicações não eram ouvidas e atendidas, perdemos feio o enfrentamento contra o agronegócio. O que percebemos é que temos que discutir e ter o poder – poder de voz, audiência, direitos, etc.

A autora ainda afirma que: “hoje há um avanço enorme da extrema direita e do avanço radical deste extremismo”. Entretanto, o ZEE nos forçou a nos reorganizarmos em um Grupo de Trabalho de Mobilização Social – GTMS para fazer estes enfrentamentos e, foi possível fazer: articulação, comunicação, formação, instrumentalização e mobilização para a luta (SATO, 2016).

Talvez nós da Educação do Campo devêssemos sair dos nossos isolamentos geográficos, territoriais, comunicativos e ampliarmos os diálogos. Ampliar nossa capacidade de mobilização para se fazer a luta necessária para a consolidação e garantia de uma Educação do Campo enquanto modalidade educativa, pelas políticas públicas. Mas fundamentalmente, efetivar não “uma educação alternativa” (KOLLING; NERY & MOLINA, 1999), apenas de escolha e de alternar uma proposta por outra, mas uma educação que seja dos saberes e fazeres da terra, dos diversos povos do campo, singular e própria.

Quando trata-se dos movimentos sociais, este fazer educativo é ontológico e diz muito das suas dimensões socioambientais. Ao participar da aula inaugural da Especialização em Educação Ambiental Campesina, ofertada pelo GPEA/UFMT, Clarice Santos (2016) afirma que “talvez este seja o último curso realizado pelo PRONERA, e que não devemos nos iludir, pois vamos voltar à época de ‘fazer vaquinhas’⁴ para nos mobilizar, pois o tempo das políticas públicas acabou com o governo golpista e o avanço neoliberal”.

Não nos resta dúvida que vivemos um tempo obscuro e de grandes ameaças às conquistas sociais nas políticas públicas. A proposta do PMDB “ponte para o futuro” representa este tempo de avanço neoliberal, ou porque não dizer avanço ultraliberal, conforme análise de Ivan Valente:

Medidas desastrosas e um retrocesso para o Brasil. No horizonte de implementação de uma política ultraliberal, o documento do PMDB indica como importante ação econômica a desvinculação dos gastos orçamentários com saúde e educação, conforme prevê hoje a Constituição⁵.

Ao pensarmos esta relação: estado e sociedade, não podemos cair apenas do discurso da governança como prática de gestão compartilhada, conjunta, “Para além de uma visão ingênua destas ações conjuntas, a relação entre Estado e sociedade será sempre imersa no que chamo de diálogos sensitivos entre ambos” (SENRA, 2014). E no caso dos movimentos sociais do campo esta relação sempre foi conflituosa/tensitiva, mais do que dialógica.

A Educação do Campo surge justamente pelas reivindicações das famílias Sem Terra ao que tange o direito ao acesso a escolarização/educação das crianças e adolescentes acampados e assentados. Passando da reivindicação até as experiências educativas do próprio movimento construindo o seu próprio jeito de se fazer educação. Com isto, é obvio que nem a educação (latifúndio do conhecimento), nem o acesso à reforma agrária (latifúndio econômico) deixariam de incomodar os poderes vigentes e hegemônicos.

³ O termo ‘patrolando’ aqui é oriundo da máquina de patrula (trator) que é responsável por “limpar e nivelar terrenos”. Contudo, os setores do agronegócio e a política hegemônica neoliberal fazem uma verdadeira limpeza em qualquer resistência a esse modelo de produção e de política contrahegemônica. Por isto, no Estado de Mato Grosso, muitas vezes dizemos que somos ‘patrolados’ por estes setores, afirmando nossas resistências e posturas de lutas políticas.

⁴ Termo popular que significa juntar dinheiro para um determinado fim (<http://www.priberam.pt/dlpo/vaquinha>)

⁵ Ivan V. Michel Temer e os futuros ataques à educação brasileira. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/blog/2016/05/06/ivan-valente-michel-temer-e-os-futuros-ataques-a-educacao-brasileira/>

A educação de um modo geral sempre esteve em disputa, porém na atualidade estamos vendo emergir de modo escancarado às pautas e políticas neoliberais, ultraliberais (de uma 'escola sem partido'), e somos bombardeados a todo o tempo pelas mídias sobre estes projetos que não são os da educação popular.

Não diferentemente, a Educação do Campo principalmente no contexto do Estado de Mato Grosso está sob estes ataques, haja vista que no ano de 2015 conforme reportagem de Jacques Gosch (2015) a SEDUC/MT "sob o comando do secretário Permínio Pinto (PSDB), está adotando providências contra o método de ensino aplicado nas escolas da rede pública ligadas ao MST⁶". O gestor alega que as escolas deixem a orientação ideológica e utilizem os métodos estabelecidos pela própria SEDUC. Aqui talvez se encontre o discurso positivista e neoliberal de que a educação e o conhecimento científico são neutros.

Entretanto, a própria SEDUC/MT se nega a discutir o que é ideologia e negligencia que o agronegócio também faz sua incursão ideológica nas escolas, podemos citar como exemplo: Agrinho, Municípios Canavieiros, e tantos outros. A secretaria, na qual possui (ou possuía) uma Gerência de Educação do Campo, pelos seus atuais gestores desconhece que a própria Educação do Campo é fruto das reivindicações dos movimentos sociais do campo e do seu modo próprio de se fazer educação, nasce no bojo destas práxis camponesas, incluindo o MST.

Lucinéia Freitas, da direção estadual do MST, discorre: "Ao fazer o ataque, o secretário também demonstra sua posição ideológica, ao questionar nossos métodos e defender a ofensiva do agronegócio nas escolas do campo, com cartilhas mostrando as crianças como utilizar os venenos agrícolas", critica. Lucinéia faz referência a penetração do agronegócio nas escolas do campo pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que em parceria com Secretarias Municipais de Educação, distribuem cartilhas, como a "Cartilha do Professor" e "Agronegócio - Sua vida depende dele", uma cartilha na forma de revista em quadrinhos para os alunos. "Isso não é assédio ideológico?", questiona (ALBUQUERQUE, 2015⁷).

É este mesmo governo que ataca escolas ligadas a movimentos populares, que também propõe a privatização (marca registrada do neoliberalismo) de 76 escolas estaduais e 15 Centros de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (CEFAPRO) com a proposta da Parceria Público Privado – PPP (MT PAR⁸). No VIII Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos FPDEJA – Região Sul de MT Fórum de EJA, nós já exploramos um pouco esta ideia.

O mais importante é registrar que a luta e as reivindicações da sociedade ocorreram com: a deflagração de uma Greve Geral no estado que abrangeu 29 entidades do Fórum Sindical que duraram 67 dias (no caso da educação); a prisão preventiva do ex-secretário de Educação Permínio Pinto (PSDB) no dia 15 de julho de 2016, sobre investigações que "apontam pagamento de propinas para que as empreiteiras pudessem fazer obras em escolas públicas"⁹. Imagine com a privatização da gestão e construção de escolas pelo MT-PAR; destacamos "a mobilização de 75 dias, que ocupou 29 escolas no Estado"¹⁰ pelos estudantes secundaristas em um movimento independente e contra este processo privatista, o que garantiu a suspensão (e não extinção) das PPP;

Só não podemos "cair no canto da sereia" das audiências públicas e da participação meramente representativa. Diante disso penso quais as táticas são necessárias ao comitê de educação do campo? Como mobilizar em um estado de dimensões territoriais enormes? Como

6 GOSCH, Jacques. Seduc aciona MP e quer acabar com ensino ideológico em escolas do MST. Domingo, 23 de agosto de 2015. Acessado em: <http://www.rdnews.com.br/executivo/seduc-aciona-mp-e-quer-acabar-com-ensino-ideologico-em-escolas-do-mst/64247>

7 ALBUQUERQUE, L.F. Escolas do MST viram alvo da Seduc, que tenta desconstruir conquistas dos Sem Terra, Da Página do MST, 8 de setembro de 2015. (<http://www.mst.org.br/2015/09/08/escolas-do-mst-vm-alvo-da-seduc-que-tenta-desconstruir-conquistas-dos-sem-terra.html>)

8 <http://www.mtpar.mt.gov.br/>

9 Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/ex-secretario-de-mt-presos-eram-lideres-de-esquema-na-educacao-diz-gaeco.html>

10 Disponível em: <http://fatoenoticia.com.br/estudantes-encerram-ocupacao-das-escolas-em-mt/>

garantir articulação e frentes de luta?

Nesta perspectiva, dentro do “Seminário Norte de Mato Grosso sobre Educação do Campo”, de ataques e ideologização Roberto Boaventura da Silva Sá (2007) já trabalhava a reflexão sobre o papel da mídia e movimentos populares e usa como exemplo uma reportagem da Revista Veja sobre o MST. O autor sugere que a mídia brasileira, com destaque a Veja “é porta-voz das elites político/econômicas – tem exatamente essa tarefa no sistema. Por isso, é esse o tipo de tratamento diário que o complexo midiático tem em relação ao MST ou a qualquer outro movimento social”. Em contraponto, na atualidade (2016) temos as redes sociais como forma de democratizar a informação, fazermos mobilizações e a propagação da mensagem mais rápida.

Com tudo, se há 10 anos era evidente a tentativa de criminalizar os movimentos sociais populares, Entretanto, a criminalização dos movimentos sociais ganhou ‘corpo e respaldo jurídico’ com a Lei das Organizações Criminosas 12.850/2013, na qual muitos integrantes do MST, principalmente no caso de Goiás, estão sendo enquadrados nesta lei.

Os membros dos grupos de pesquisa abaixo listados denunciam o processo de criminalização dos movimentos sociais, concretizado na prisão abusiva de José Valdir Misnerovicz, militante da reforma agrária e professor mestre em Geografia enquanto ministrava aulas no dia 31 de maio de 2016, na cidade de Veranópolis/RS. Acusamos ainda a arbitrariedade da prisão do agricultor Sem Terra Luiz Batista Borges, recluso desde o dia 14 de abril de 2016. Estas ações demonstram uma escalada da violência perpetrada pelas forças do Estado para a manutenção do estado golpista, que reprime organizações sociais pacíficas, tentando caracterizá-las como criminosas (NOTA GRUPOS DE PESQUISA, 2016)¹¹.

Em reportagem a Carta Capital Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, afirma que: “A imputação a seus integrantes [de movimentos sociais] de integrarem “organização criminosa”, pelo simples fato de pertencerem ou dirigirem algum movimento, é um desvirtuamento e uma falsificação da Lei 12.850, além de afronta ao princípio democrático” (DUPRAT, 2016)¹².

Enquanto isso, a impunidade e a vagariedade no julgamento dos crimes e assassinatos no campo de: camponeses/as, trabalhadores/as rurais não tem a mesma “eficiência e eficácia” jurídica. Esta impunidade é escancarada na nossa realidade e omitida por um estado que privilegia o agronegócio e a balança comercial favorável de produtos primários. Dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2015) afirmam que: “de 1985 até 2015 houve em Mato Grosso 125 assassinatos no campo, no qual os mandantes e pistoleiros nunca foram presos”, representando:

A ausência do Estado no campo e, quando presente, este tem assumido a prática ideológica do processo excludente e economicamente voltado para os empresários do agronegócio e latifundiários. Dentro deste sistema se insere a estrutura do Judiciário, que tem mostrado, em vários casos, a sua face perversa contra centenas de famílias camponesas (CPT, 2015).

Além das perdas de vidas, das políticas públicas, de orçamentos e dos serviços sociais, estes “tempos obscuros” nos restringem até nos nossos direitos subjetivos e sociais, inclusive o direito de se manifestar, da coletividade, da individualidade e de liberdade de expressão. Se alguém duvida que chegamos a um “Estado de Exceção” (AGAMBEN, 2002) ou que o governo atual irá usar do direito, das leis e das artimanhas jurídicas e das forças policiais para “matar os matáveis” (AGAMBEN, 2002).

11 Nota de 130 Grupos de Pesquisa contra a criminalização do MST e a prisão de militantes em Goiás, de 06 de junho de 2016.

12 Duprat, Debora. Reportagem da Carta Capital, sob o título: Lei de Organizações Criminosas, arma contra os movimentos sociais, por Ingrid Matuoka (<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-lei-de-organizacoes-criminosas-contra-os-movimentos-sociais>).

Das formações do CIPEC/MT a construção de um Plano de Formação

Acreditando na nossa capacidade organizativa e de mobilização é que justamente nos debruçamos sobre o último tópico de discussão que é pensar um pouco esse processo formativo do CIPEC/MT e a proposta de um Plano de Formação para os/as educadores/as do Campo em Mato Grosso. Hoje, percebo que as formações foram e devem ser esse processo de resistência e de enfrentamento ao agro-hidronegócio, a uma educação moderna, positivista, neoliberal e hegemônica.

Já citamos que em um primeiro momento o Comitê de Educação do Campo teve o caráter mais institucional, da secretaria de estado, e principalmente da Gerência de Educação do Campo. Ao refletirmos sobre o papel do CIPEC/MT enquanto espaço de formação e de diálogos institucionais, ao pensar esta forma colegiada e de gestão coletiva, afirmávamos à época que o comitê era/é este **“espaço de construção, formação e articulação das políticas públicas”** (SENRA, 2013). Deixamos claro que a mudança fundamental deste comitê foi quando, o mesmo deixou de simplesmente acompanhar e ser o ‘muro das lamentações’ das políticas públicas do campo, e passou a assumir de fato o caráter propositivo e formativo, sob a coordenação do MST/MT.

E ao propor processos formativos, o comitê (com o respaldo da Gerência de Educação do Campo) subverte a ordem estabelecida e faz o enfrentamento da formação de um modo geral da SEDUC/MT, reafirmando a especificidade do campo e seu direito básico inalienável de acesso à educação, a formação contínua dos/as educadores/as e das comunidades camponesas e dos sujeitos coletivos dos movimentos sociais.

Mesmo tendo o respaldo financeiro da Gerência de Educação do Campo da SEDUC/MT, a gestão do CIPEC/MT se tornou coletiva pela configuração de equipes de trabalho e de grupos para dividir as tarefas. E aqui cabe também citar que a militância tanto do Vander Reis (MST/MT), quanto à do Rui Leonardo (SEDUC/MT) foram fundamentais para a concretude destas ações, assim como o engajamento dos membros efetivos do comitê e das equipes de trabalho.

Nesta perspectiva, percebo que muito mais do que o espaço de formação, articulação e construção de políticas públicas, o CIPEC/MT se tornou muitas vezes o lócus de resistência, de uma Educação do Campo contra-hegemônica, ou como gosto de chamar de contrapedagogia.

As primeiras formações começaram em setembro de 2011, e acreditávamos que a construção de políticas públicas era possível e viável, pela conjuntura política da época. Talvez por naturalidade ou pela leitura epistêmica, da práxis e do axioma esta construção de políticas públicas era a pauta evidenciada e que mais buscávamos enquanto membros do comitê (já nasceu com este anseio em 2006, e também entre 2011-2014). Talvez o mito de Sísifo narrado por Sato (2008) representaria a metáfora deste processo. Hoje o desafio que se coloca também ao CIPEC/MT é como construir, efetivar, consolidar políticas públicas em uma conjuntura neoliberal, de não-diálogo e disputas no campo se acirrando?

Nossa defesa é justamente de que o CIPEC/MT ao propor e executar processos formativos atuou diretamente enquanto elemento de resistência aos projetos de disputa no campo. Para isto, optou-se por fazer formação de base incluindo: comunidade escolar (pais, filhos, profissionais da escola); instituições; movimentos sociais do campo; governos (estado e município); cooperados e associados da produção do campo, quanto militantes da temática. Esta formação além de conseguir agregar e articular os diversos sujeitos envolvidos com a Educação no/do Campo, sempre tiveram como pressuposto começar o processo formativo com uma “análise de conjuntura” para depois realizar um debate dialógico-constructivo de como isto se insere no cotidiano dos envolvidos.

O “I Encontro de Formação Continuada do CIPEC/MT” ocorreu em setembro de 2011 e teve como temática: “Análise de Conjuntura Política e Econômica e os impactos nas políticas sociais”. Já o II Encontro abordou a temática: “Políticas de Educação do Campo no Estado” e ocorreu em agosto de 2012. O III Encontro em abril de 2013 debatendo: “Educação do Campo e os modelos de produção em disputa: agronegócio e agroecologia” (SENRA, 2013). O IV Encontro ocorreu em junho de 2014 e teve como tema central: “A contribuição do CIPEC para as políticas públicas.”. Já o V Encontro formativo, que foi o último realizado em dezembro de 2014, foi debatido a temática: “O CIPEC Perspectiva e Avanço”.

Muito mais do que nos debruçar sobre as especificidades de cada encontro, processos e

cotidianos ocorridos, para isto precisaria recorrer a diversas anotações de nossos cadernos de campo. A intenção é trazer as temáticas justamente para reafirmar que o comitê, para além de: formação, articulação, políticas públicas, representou as resistências camponesas, das tantas outras existentes. Suas temáticas não pretendiam repassar ou transmitir conteúdos, tinham o objetivo claro de fazer a formação política, formação frente a este processo excludente e que considera o campo como espaço vazio e de desertos verdes inundados de venenos e agrotóxicos. A Educação do Campo vem afirmar justamente que o campo é composto por:

Homens e mulheres que, ao mesmo tempo que produzem a sua existência, através da prática produtiva, da prática social e da prática simbólica, empreendem uma série de lutas pela continuidade dessa existência e vêm reconhecendo-se sistematicamente como sujeitos de direitos (GARSKE, 2012).

Justamente ao contrapor a este campo como espaço vazio, que inúmeros sujeitos do campo neste processo educativo-vivencial e de encontros socializavam e dialogavam sobre os diversos territórios de escolas-comunidades que fazem a Educação do Campo viva e atuante dentro do estado. Nesta perspectiva, concordamos com Pedrotti-Mansilla (2010) que ao avaliar as Políticas de Educação Ambiental, que são próximas com as da Educação do Campo defende:

A importância de estabelecer os diálogos nas arenas de disputas, sendo capaz de perceber as diferenças e transcendê-las, ainda que as identidades imanentes tenham que abrir mão de alguma coisa, e o pacto de negociação assegurará a inclusão de diversos segmentos à tessitura democrática da educação ambiental. Os inevitáveis conflitos podem ser negociados por meio da mediação pedagógica que não necessita da síntese hegemônica, muito menos de consensos que retiram as diferenças, mas de uma dialética conflitante repousada na arte de “com-viver” com os diferentes. Afinal, o inimigo possivelmente é outro (PEDROTTI-MANSILLA, 2010, p.86).

Ao defender o “com-viver” com os diferentes não estamos defendendo que dentro do CIPEC-MT não haja as suas contradições, pelo contrário, onde há instituições, sujeitos e processos de educação, de vida, história, trajetórias etc. diferenciados a diversidade de ideias e as diferenças são evidentes. Entretanto, para além do consenso (síntese hegemônica) é evidente que “o inimigo é outro” (como exemplo o agronegócio) e que dentro da Educação do Campo a sua raiz e identidade deixa claro “a favor de quem e contra quem” esta educação está a serviço (FREIRE, 2000).

O que tento aqui é contextualizar um trajeto formativo de uma equipe de Educação do Campo, que aposta nas questões contestatórias para organizar seu trabalho, de maneira que, ao finalizar estes projetos, dele nasceu um novo planejamento que conta agora com a organização de um documento que relata as experiências de Educação do Campo no Estado e uma série de Encontros para discutir planos municipais de Educação do Campo, Formação de Comitês Regionais e Municipais (CIPREC E CIPMEC), bem como fomento a organização de currículos pautados na agroecologia, pedagogia da alternância e alternativas para as salas multiseriadas (LOPES et al, 2014).

Ao refletir sobre este processo, a autora aborda também um dos principais desdobramentos dos encontros formativos do CIPEC/MT, pelas próprias temáticas e relendo os documentos orientativos que eram enviados para fazermos as articulações e organizar os encontros. Percebe-se que a partir da terceira formação foi aberta a participação de mais membros das regiões do estado.

Assim, a ampliação da participação, não só meramente representativa das instituições, ocorreu pela necessidade da própria formação política e de se consolidar a Educação do Campo dentro do estado. Muito mais do que encontros para “falar com a gente mesmo”, ou o CIPEC/MT

como uma meia dúzia de representantes, era preciso estender a atuação do comitê estadual na sua inserção regional, municipal e no chão das escolas.

Para isto, optou-se pela formação de comitês regionais e municipais também como forma contestatória da Educação do Campo. E destes processos formativos e de articulamentos¹³ (SATO, 2011) fomentou-se dentro do Estado de Mato Grosso, 04 comitês regionais e 07 comitês municipais:

Quadro 01. Expansão dos Comitês Regionais e Municipais de Mato Grosso

Município	Categoria
Terra Nova do Norte.	Regional
São Felix do Araguaia	Regional
Pontes e Lacerda	Regional
Rondonópolis	Regional
Confresa	Municipal
Porto Alegre do Norte	Municipal
Jangada	Municipal
Guarantã do Norte	Municipal
Terra Nova do Norte.	Municipal
Cotriguaçu	Municipal
Juína	Municipal

Fonte: Siqueira e Euzemar (2016).

Considerações inais

Ampliando sua atuação e indo além da sua função inicial o Comitê de Educação do Campo de Mato Grosso, sai de si mesmo e lança-se na consolidação das políticas públicas pelo caráter, não meramente representativo das instituições, mas pela educação popular e a formação política sem dúvida nenhuma foi à maior contribuição que o CIPEC/MT possibilitou frente às discussões em torno da Educação do Campo. Outra conquista foi o entrelaçamento pela Resolução Normativa do Conselho Estadual de Educação – CEE nº33/2013, que “Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo” (MATO GROSSO, 2013) e da necessidade de criar um Plano de Formação para a Educação do Campo no qual o CIPEC/MT faz parte. Hoje ameaçada pelo atual governo neoliberal que nega esta normativa.

Se em tempos obscuros muitos destes comitês regionais e municipais estão à mercê, ou mesmo não conseguimos acompanhá-los no seu processo. O próprio CIPEC/MT precisa de um repensar sua função e de uma rearticulação, seja da forma como for (mídias, listas de discussões, whatsapp, facebook, etc.).

Talvez retomar ao “II Seminário de Educação do Campo” que ocorreu no Norte do Estado de Mato Grosso, no ano de 2006 na cidade de Sinop-MT, podemos repensar estas articulações. Pois, este seminário representa o começo da fundação do comitê e serve de marco histórico para

13 O neologismo “articulamento” [ao invés de articulação] oferece a noção de incompletude fenomenológica, ou seja, alguns pactos políticos ainda em marcha nas arenas das lutas sociais. Coaduna com as “táticas” certereunianas, na luta que não espera os fatos acontecer pra reagir, mas essencialmente no talento em modificar as táticas e avançar na ação pró-ativa contra a cultura hegemônica (SATO, 2011).

pensarmos esta trajetória de dez anos de CIPEC/MT. E justamente em uma das palestras O Prof. Luiz Augusto Passos já trazia alguns fundamentos para pensarmos a Educação do Campo: “1) o ser humano é trabalho; 2) ninguém é ninguém só; 3) sendo um só entre muitos (Profa. Cheron, com-nosotros); 4) todo projeto educacional é um fazedor de humanidades pessoais e políticas” (2007).

E nesta perspectiva, o comitê do campo, superando a institucionalização (o que é instituído) e sendo compostos por pessoas, muitos destes militantes da Educação Popular, do Campo, são os sujeitos instituintes e representam um coletivo na tríade Merleau-pontyniana do eu-outro-mundo. E deste lócus e espaço de construção de políticas públicasousem o que o autor chama de “uma contracultura que ponha em novas referências aos grupos e culturas subalternas, construídas por eles mesmos” (PASSOS, 2007). Justamente esta contracultura subalterna, construída por camponeses e camponesas, que é o que representa hoje a Educação do/no nas suas raízes conceituais e de práxis na tentativa de superar as injustiças socioambientais e a superação da barbárie do atual sistema.

E na atual conjuntura política do país (golpe da democracia) a barbárie dos “pacotes” neoliberais e todas as reformas propostas (previdência, Ensino Médio, trabalhista, etc.) devem ter sua resistência e “todo ato de contra-hegemonia, na cultura dominante e nesta sociedade, é um ato de esperança” (PASSOS, 2007).

O momento político de desmonte da democracia nos levará a uma nova forma de organização, e um recomeçar pelo Fórum da Educação do Campo de Mato Grosso, talvez seja uma das possibilidades de contra-hegemonia, de resistência, e novas formas de articulação, para se pensar uma Educação do Campo em um estado com dimensões territoriais enormes e fortemente influenciado pelo agronegócio. Precisamos encontrar estas novas formas de reorganização, diálogos e lutas, eis aqui nossos desafios de educadores/as do/no campo!

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I** / Giorgio Agamben; tradução de Henrique Burigo. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207p. - (Humanitas).

ALBUQUERQUE, Luis Felipe. **Escolas do MST viram alvo da Seduc, que tenta desconstruir conquistas dos Sem Terra**, *Da Página do MST*, 08 de setembro de 2015. Acessado em: <http://www.mst.org.br/2015/09/08/escolas-do-mst-viram-alvo-da-seduc-que-tenta-desconstruir-conquistas-dos-sem-terra.html>

BRASIL, Lei Federal nº 9.394 – de 20 de dezembro de 1996. Publicado no DOU de 23/12/1996, seção 1.

BRASIL/ MEC/ CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução nº 01/2002.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: **Projeto popular e escolas do campo** / César Benjamin e Roseli Salete Caldart. – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº3.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo em Mato Grosso**. 2015.

DUPRAT, Debora. Reportagem da Carta Capital, sob o título: **Lei de Organizações Criminosas, arma contra os movimentos sociais**, por Ingrid Matuoka — publicado 16/08/2016. Acessado em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-lei-de-organizacoes-criminosas-contra-os-movimentos-sociais>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. – São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FIORENZE, Cristina. AS PRÁTICAS CONSELHISTAS E A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: a serviço de qual consenso? In: **O POPULAR E A EDUCAÇÃO NA TEORIA SOCIAL** (Gestine Cássia Trindade). O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento / org. Cristina Firenze, Telmo Marco. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. -296p.

GARCIA, Rodney. **Consolidação das Políticas Educacionais do Campo** / -- Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches Ltda, 2008.

GARSKE, Lindalva Maria Novaes. A trajetória da educação do campo: considerações básicas. In: **Educação do campo: intencionalidades políticas e pedagógicas** / organização Lindalva Maria Novaes Garske, Érika Virgílio Rodrigues da Cunha. – Cuiabá: EdUFMT, 2012.

GOSCH, Jacques. **Seduc aciona MP e quer acabar com ensino ideológico em escolas do MST**. Domingo, 23 de agosto de 2015. Acessado em: <http://www.rdnews.com.br/executivo/seduc-aciona-mp-e-quer-acabar-com-ensino-ideologico-em-escolas-do-mst/64247>

KOLLING, Edgar J; Irmão NERY & MOLINA, Mônica. **Por uma educação básica do campo (memória)** / Edgar J. Kolling, Irmão Nery e Mônica C. Molina. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº1.

LOPES, Eliete Borges; SIQUEIRA, Rui Leonardo; REIS, Vander; FREITAS, Lucineia Miranda de. **Movimentos Sociais e a Luta pela Educação do Campo no Estado de Mato Grosso**. In: Seminário Internacional de Educação do Campo: Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina [recurso eletrônico] / II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS, SIFEDOC, Santa Maria, 08 a 10 de outubro de 2014; Carmen Rejane Flores Wizniewsky... [et al.] organizadores. – 1. Ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso – SEDUC. **Portaria Nº330: “Aprovação do Regimento Interno do Comitê Interinstitucional de Educação do Campo”**. 2007.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 003 que: “Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso”**. 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. – São Paulo: Martins Fontes, 1994. – (Coleção Tópicos).

PASSOS, Luiz Augusto. **Fundamentos Educacionais para a Produção da Vida articulada com a Ação Solidária**. In: Novas perspectivas para a educação do campo, contexto e concepções (re) significando a aprendizagem e a vida. Jair Reck (Org.) Defanti, Cuiabá: 2007.

PEDROTTI-MANSILLA, Débora Eriléia. **Avaliando a Política de Educação Ambiental nas escolas do Mato Grosso: desafios entre os domínios da Governança e da Governabilidade**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCAR, 2010. 135p.

RECK, Jair (Org.) **Novas perspectivas para a educação do campo, contexto e concepções (re) significando a aprendizagem e a vida**. Defanti, Cuiabá: 2007.

SÁ, Roberto Boaventura da Silva, **Mídia e Movimentos Populares: uma leitura semiótica**. In: Novas perspectivas para a educação do campo, contexto e concepções (re) significando a aprendizagem e a vida. Jair Reck (Org.) Defanti, Cuiabá: 2007.

SATO, Michèle. **Em busca de sociedades sustentáveis**. Pátio – Revista Pedagógica: Educação para o desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: ano XII, mai/jul, 2008.

SATO, Michèle. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização: Educação Ambiental Campesina**, UFMT, Cuiabá – maio/2011.

SATO, Michèle. **Mesa de Abertura do Fórum Popular do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico – ZSEE de Mato Grosso**. Chácara da FETAGRI, Várzea Grande, 03 de agosto de 2016.

SANTOS, Clarice. **A Educação do Campo na atualidade e a relação com o PRONERA**. Aula Magna In: Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Ambiental Campesina. Centro de Eventos da UFMT, Cuiabá, 25 de julho de 2016.

SENRA, Ronaldo E. F. **COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE MATO GROSSO: espaço de construção, formação e articulação das políticas públicas**. In: Congresso de Pesquisa em Educação: tempos de vida, cultura e educação. Programa de Pós-Graduação em Educação PPGedu/UFMT. Rondonópolis, 27 a 30 de agosto de 2013.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NO IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE: desafios da construção de uma educação dialógica** / Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra. – 2014. Orientadora: Michèle Tomoko Sato. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2014.

SENRA, Ronaldo E. F. (RE) **PENSAR A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO/NO CAMPO NA ATUALIDADE OU EM TEMPOS (ESCUROS) DE AVANÇO NEOLIBERAL**. In: **Anais: I Congresso Internacional e III Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação**. Universidade Estadual de Santa Cruz – Departamento de Educação – Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas. Ilhéus-BA, 2016 (p.4-22).

SILVA, Regina Aparecida da. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil** / Regina Aparecida da Silva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais/ UFSCAR, 2011.

SIQUEIRA, Euzemar Fátima Lopes e ROSSETTO, Onélia Carmem. **As Políticas Públicas no Contexto da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso**. In: Primeiro Seminário de Pesquisa em Educação do Campo. Cd Rom Vol. 1. 2009.

TRINDADE, Gestine Cássia. **O POPULAR E A EDUCAÇÃO NA TEORIA SOCIAL**. In: O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento / org. Cristina Fiorenze, Telmo Marco. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

Recebido em 31 de março de 2020.

Aceito em 14 de fevereiro de 2022.